

Rodas de Redução de Danos “RD: Cadê Você?”

Circles of dialogue of Harm Reduction “RD: Where Are You?”

Luciane Raupp¹, Marta Conte^{II}

Resumo

Este artigo apresenta a experiência das Rodas de Conversa “Redução de Danos: Cadê Você?” que ocorrem desde dezembro de 2017 na cidade de Porto Alegre. Por meio das rodas de conversa reuniram-se indivíduos e coletivos visando rearticular o movimento de Redução de Danos, resultando na volta à ativa do Fórum Estadual de Redução de Danos do Rio Grande do Sul (FERD-RS), movimento social no qual participam ativistas, profissionais, estudantes e interessados no tema. Apresenta-se uma breve história desta estratégia no Rio Grande do Sul e o desmonte desta política. O objetivo das “Rodas” é reunir pessoas engajadas com a Redução de Danos como ética do cuidado, estratégia clínico-política e diretriz de trabalho, de forma a construir possibilidades de resistência e intervenção. Elegeram-se o método da Roda como ferramenta metodológica para facilitar o exercício da democracia e da cogestão, descritas e analisadas no texto a partir de intervenções realizadas no território. Discutem-se os problemas de sustentabilidade desse espaço e as estratégias de atuação política utilizadas, e ressaltam-se a importância de o FERD-RS se manter como uma “trincheira” de resistência e espaço de inventividade para que a Redução de Danos siga forte e se adaptando às novas demandas e cenários das políticas públicas sobre álcool e outras drogas.

Palavras-chave: Redução de danos; Método da roda; Movimento social.

Abstract

This article reports the experience of the circles of dialogue Harm Reduction: “Where Are You?” that have been taking place since December 2017. Through the circles methodology, collectives have been held to reactivate Harm Reduction until it became the State Forum for Harm Reduction in Rio Grande do Sul (FERD-RS acronym in portuguese), a social movement in which activists, professionals, students and those interested in Harm Reduction. A brief history of this strategy in the state is presented and the dismantling of this policy that accompanied the setbacks in policies on drugs, mental health and social assistance. The objective of the circles is to bring together people engaged with Harm Reduction such as ethics of care, clinical-political strategy and work guideline, in order to build possibilities of resistance and intervention; based on the method of the “Wheel”, the circles of dialogue enable the exercise of democracy and co-management, and in this text some interventions made are described and analyzed. The problems of sustainability and strategies of collective spaces of clinical-political action are discussed and the importance of FERD-RS is maintained as a “trench” of resistance and space of inventiveness so that the Harm Reduction remains strong and adapts to new demands and public policy scenarios on alcohol and other drugs

Keywords: Harm reduction; Wheel method; Social movement.

Introdução

Este artigo apresenta a experiência do Fórum Estadual de Redução de Danos do Rio Grande do Sul (FERD-RS) que reúne ativistas, profissionais, estudantes e interessados na discussão sobre políticas e ações de cuidado tendo por base a Redução de Danos (RD), compreendida de forma ampliada. Após uma breve reflexão sobre a trajetória da Redução de Danos neste estado, busca-se compreender o papel

¹ Luciane Raupp (lucianemraupp@gmail.com) é psicóloga (UFRGS), Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi professora visitante do Department of Sciences da Utrecht University (UU-Netherlands), é membro do Grupo de Pesquisa Clínica da Atenção Psicossocial e Uso de Álcool e outras Drogas da UFSC e atual presidente da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD).

^{II} Marta Conte (martacte@gmail.com) é psicóloga (UNISINOS), Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutora em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e atua como docente e orientadora convidada nos cursos de Especialização e Residência Integrada da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul.

ocupado por esse fórum e refletir sobre as Rodas de Conversa "RD: Cadê Você?", ação desenvolvida desde 2017 como dispositivo de acolhimento de quem atua com esta abordagem, em um contexto de desmonte das políticas públicas sobre álcool e outras drogas.

As rodas de conversa são desenvolvidas tendo por inspiração teórico-metodológica o Método da Roda¹, como forma de compreensão e ferramenta de análise da experiência do coletivo, geridas a partir do exercício da democracia e da cogestão. Este trabalho toma como referência teórica a articulação entre a Clínica Ampliada, a Psicanálise e a Redução de Danos no campo da Saúde Coletiva.

Trajétórias da Redução de Danos no Rio Grande do Sul

Novas formas de cuidado dirigido a pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas que se diferenciavam do discurso médico-psiquiátrico de orientação eugênica, que toma por base a norma da abstinência², surgiram no Brasil a partir do final da década de 1980, mais especificamente a partir do que ficou conhecido como "a experiência de Santos".

Conforme Petuco³, vozes dissonantes ao modelo hegemônico no campo das drogas existiam desde a década de 1970, em muito, ligadas aos ventos da contracultura e sob influência da Psicanálise. No entanto, uma transformação maior no campo das práticas surgiu de fato na esteira das transformações ocorridas durante o processo de redemocratização do país, que deram origem à Reforma Psiquiátrica, mas, sobretudo, frente à necessidade de controlar a disseminação do vírus HIV entre usuários de drogas injetáveis. Nesse processo, estava aberto o campo para uma abordagem mais humanizada e não estigmatizante, denominada Redução de Danos.

Começa a ser articulada no Brasil, inicialmente, como uma estratégia de prevenção para o combate à disseminação do vírus HIV entre usuários de drogas injetáveis (UDI), passando, posteriormente, a ser considerada de forma mais ampla.

Atualmente, a Redução de Danos é compreendida e pode ser operada através de três dimensões: como ética do cuidado, estratégia clínico-política e diretriz de trabalho. A ética do cuidado aponta para o respeito às singularidades, às possibilidades e ao desejo de cada sujeito ou coletivo. Como estratégia clínico-política, entende-se a política como uma atividade reflexiva que orienta uma ação num coletivo, portanto, que convive com a ética em defesa da vida, ética da cidadania e dos direitos humanos e a ética do desejo. E, como diretriz de trabalho, a Redução de Danos se oferece como um método, no sentido de *methodos*, caminho e, portanto, não excluyente de outros⁴:

*"...pode estar no fazer de qualquer profissional do campo das políticas públicas ao transversalizar as ações do cuidado com pessoas que usam álcool e outras drogas, com intervenções que passem por propiciar o estabelecimento de novas formas de relação com a drogas, fortalecendo o protagonismo e promovendo a capacidade de transformação"*⁵ (p. 153).

Durante a década de 1990 a Redução de Danos se expandiu no Brasil e, em torno de 200 Programas de Redução de Danos (PRDs) foram criados com o apoio do governo federal, via Ministério da Saúde – Programa de DST/Aids, impulsionados pela organização dos redutores de danos e usuários de drogas em associações e coletivos nacionais. O Rio Grande do Sul foi um dos estados pioneiros a implantar a Redução de Danos, de forma mais estruturada, por meio da criação do primeiro PRD da região, em 1995, mesmo ano

da implantação do primeiro implantado no Brasil na cidade de Salvador, Bahia⁴. Antes deste marco, alguns municípios do estado já vinham desenvolvendo suas primeiras experiências em práticas e equipes de Redução de Danos, por meio de financiamentos vindos de editais do Programa Nacional de DST/Aids, o que possibilitou o surgimento de experiências importantes, embora marcadas por descontinuidades devido à dependência dos editais⁶.

A Redução de Danos no Rio Grande do Sul foi criada e mantida tanto por iniciativas de organizações não governamentais (ONGs), quanto governamentais, com variações quanto a quantidade de investimentos e tempo de manutenção das ações. A instabilidade que marcou o trabalho das equipes deveu-se a fatores sobretudo de cunho político, mas também por questões de ordem moral, ideológica, técnica ou religiosa. Um fator que provocou uma influência acentuada nesse cenário ocorreu com a descentralização do financiamento federal para programas ligados à prevenção de HIV/aids. O estado, assim como no resto do país, seguiu a esteira do movimento de municipalização das ações de saúde que, a partir de meados de 2000, passam a ser responsabilidade dos estados e municípios, deixando o investimento na área de drogas na dependência das diferentes orientações de poder local. Conforme levantamento realizado por Rigoni e Nardi⁷, no mês de maio de 2006, o Rio Grande do Sul contava com 26 programas/ações em Redução de Danos em funcionamento. Destes, 15 PRDs eram ligados a municípios e os demais estavam vinculados a ONGs. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, havia 9 programas/ações financiados. Além desse quantitativo, os autores referem a existência de vários encontros e fóruns que discutiam o tema. Nesse cenário, um ator fundamental para a qualificação das experiências no

estado foi o Centro de Referência para o Assessoramento e Educação em Redução de Danos da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (CRRD-ESP/RS) que, desde 1999, ocupava um papel importante como aglutinador de experiências, ponto de encontro e estudo com a realização de ações diversas, como o Grupo de Estudos sobre Redução de Danos, ativo até hoje.

Simoni e colegas⁶ atribuem às descontinuidades nos financiamentos o principal motivo para a desarticulação dos programas, fator também apontado por Rigoni e Nardi⁸ ao referirem que, durante os três anos de realização de seu estudo, várias ações de Redução de Danos surgiram, enquanto outras acabaram. Os PRDs que conseguiram uma durabilidade maior sofriam com a precarização do trabalho e com a constante incerteza de recursos para sua manutenção⁶. Em um mapeamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), realizado em 2011, foram identificados apenas 11 PRDS, demonstrando uma redução expressiva do quadro de ações. De acordo com esses autores, esse cenário seria explicado pela mudança de rumos dos investimentos que, de 2007 a 2010, passaram a priorizar investimentos em leitos hospitalares e vagas nas chamadas “Comunidades Terapêuticas”.

Passado esse período de retração, mudanças vindas com a gestão que assume o estado a partir de 2011 redesenharam as formas do cuidado em Saúde Mental por meio do fortalecimento da RAPS. Em 2014, foi aprovada a portaria que estabeleceu a Redução de Danos como diretriz das políticas da Atenção Básica, DST/aids e Saúde Mental e instituiu recursos para a criação de “Composições de Redução de Danos”, criando assim um meio para financiar equipes mínimas para trabalho em cenas de uso de drogas, vinculadas à Atenção Básica⁹. Segundo dados divulgados informalmente pela Secretaria de Saúde do

Estado, o Rio Grande do Sul contaria atualmente com 33 equipes Composições de Redução de Danos¹⁰. A criação dessa forma de financiamento da Redução de Danos foi importante para a continuidade de ações em cenas de uso – contexto de ação de outro equipamento importante na história mais recente da Redução de Danos no estado, as equipes de Consultório na e da Rua as quais, embora não atuando de forma específica com a questão das drogas, têm a Redução de Danos como uma de suas diretrizes de atuação.

A partir de 2006, com a criação do coletivo Balance de Redução de Danos e Riscos na cidade de Salvador, a abrangência da Redução de Danos se ampliou, passando a promover ações de conscientização, testagem e apoio a experiências difíceis em contextos festivos, com o intuito de estimular à reflexão, ao autocuidado e conhecimento sobre as substâncias comumente utilizadas nesses contextos. Atualmente atuam dois coletivos no Rio Grande do Sul - Coletivo Changa e Coletivo Lótus -, além de iniciativas independentes realizadas por coletivos como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que desenvolve ações de forma autônoma.

FERD-RS: o (re)nascimento de um coletivo

O Fórum Estadual de Redução de Danos do Rio Grande do Sul possui uma trajetória caracterizada por diferentes momentos e alianças, as quais refletiram distintas conjunturas. Segundo dados informais¹¹, surgiu em 2004 como Fórum Metropolitano de Redução de Danos, atuando como catalisador de ações e atores até 2006. De 2010 a 2012, os atores se rearticularam como fórum, o FERD RS. Após uma pausa de dois anos, de 2014 a 2015, houve uma nova organização, em torno da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos, período após o qual ficou inativo.

Em 2017, a realização do 1º Seminário da

ABRAMD-RS propiciou uma reaproximação entre pessoas que trabalhavam na área de drogas e que constatavam um vácuo nas discussões sobre Redução de Danos no estado e a necessidade de fortalecer essas ações. O reaquecimento orquestrado por esse encontro deu origem à primeira Roda de Conversa “RD Cadê Você?”, realizada em dezembro de 2017 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A denominação “RD Cadê Você?” foi proposta como provocação, para chamar os atores da Redução de Danos no estado, que estavam desmobilizados e com pouquíssimos espaços de atuação. Essa primeira experiência gerou outros encontros que ocorrem até hoje, bem como a rearticulação do FERD-RS. Por sua vez, a reunião em forma de fórum abriu espaços para a ampliação das Rodas para outros contextos e a ocupação de espaços de controle social e participação em editais.

A escolha do método

A escolha de um método para as Rodas de Conversa assumia o desafio de acolher pessoas que vinham de diferentes contextos, necessidades, experiências, trajetórias e inserções com relação à Redução de Danos. E, também, visava compor na dimensão do coletivo o reconhecimento das vivências subjetivas e o exercício da cogestão. Considerou-se, como assinala Lebrun¹², que, no contemporâneo, os efeitos do individualismo, próprio do capitalismo, permeiam as subjetividades e podem dificultar a reunião das pessoas em torno de algo comum que faça sentido para elas.

A concepção de Clínica Ampliada é uma ferramenta conceitual para pensar a dimensão de escuta e da ação próprias à Redução de Danos. Na Clínica Ampliada¹³ considera-se o saber popular, a cultura, as crenças e as experiências de cada pessoa, grupo ou instituição, visando o protagonismo dos sujeitos, em uma narrativa

singular do trabalho, construída em referência a um coletivo. A perspectiva da Redução de Danos sintoniza com essa concepção na medida em que se abre às:

“...diversas práticas e saberes e assume o sentido do acolhimento, a afirmação dos direitos das pessoas que usam álcool e outras drogas, com a possibilidade de (re) construção de suas vidas, com autonomia e a capacidade de fazer escolhas adequadas para si, abrindo possibilidades de estabelecer laços com o mundo”¹⁴ (p. 12).

A aproximação da Psicanálise com a Redução de Danos¹⁵ potencializa estes dois campos. A Psicanálise surge como uma das estratégias possíveis para lidar com os efeitos resultantes das tensões presentes entre os sujeitos singulares e seu universo social¹⁶; e a Redução de Danos busca mobilizar recursos subjetivos e sociais: “formas de cuidado a partir de caminhos muito singulares. Um cuidado que ao cuidar de si traz efeitos na relação com o outro”⁵, sendo essa, também, a base das práticas em Saúde Coletiva que promovem redes “quentes”, convocando à responsabilidade e à legitimidade dos desejos singulares no laço social.

A articulação destas referências conceituais colocou-nos em posição de dialogar com o Método da Roda, escolhido como guia para as Rodas de Conversa, como lugar de reflexão crítica, produção de subjetividade e constituição de sujeitos. Esse método possibilita ativar a ampliação de condições favoráveis à democratização dos laços e facilita a reinvenção das possibilidades históricas de mudança¹ em torno do tema da Redução de Danos.

O Método da Roda foi criado a partir da crítica às concepções dominantes, nas quais comando e controle caracterizam a concentração

de poder. Campos¹ buscava modos de análise e gestão de equipes da saúde de forma autogestionária e democrática, nesse sentido propôs a função Paidéia, que influenciou a formulação do Plano Nacional de Humanização. Nessa visão, a democracia é um produto social que se constrói na prática e depende da correlação de forças vindas entre movimentos sociais e poderes instituídos. Para tanto, é fundamental construir espaços de poder compartilhado, abrindo brechas e construindo meios para alterar os esquemas de dominação e produzir novos contratos, questões centrais para reerguer a Redução de Danos no estado do Rio Grande do Sul.

A operacionalização das Rodas visava propiciar discussões e decisões por meio de relações horizontais, sem coordenação ou hierarquia de saberes. Os locais de realização eram rotativos, visando facilitar o acesso de diferentes coletivos. Os objetivos foram sendo construídos coletivamente, tais como: mapear ações; ampliar conceito de redução de danos; estabelecer trocas de práticas; fortalecer a rede; e construir estratégias para ampliar interlocutores e, assim, o diálogo com segmentos da sociedade que não conheciam essa estratégia.

A primeira roda de conversa ocorreu no final de 2017, no Instituto de Psicologia da UFRGS. Foi divulgada via redes sociais e contou com a presença de interessados no tema e representantes de instituições e coletivos, tais como: Movimento Nacional de População de Rua (MNPR); ABRAMD; Rede Multicêntrica da UFRGS; do Conselho Regional de Psicologia local (RP/RS); Escola Porto Alegre; trabalhadores de CAPS-AD e profissionais de outros municípios. A partir desse primeiro e potente encontro, constatou-se a importância de manutenção desse espaço e as Rodas seguiram ocorrendo, marcadas pela diversidade de públicos, ao mesmo tempo em que foram constituindo

um núcleo operacional que se responsabilizava pelo desenvolvimento das atividades.

De 2017 a 2019 as Rodas funcionaram com base na discussão de um tema principal que emergia durante os momentos de apresentação e análise de conjuntura; os momentos finais do encontro eram reservados para acordos e encaminhamentos. A partir de 2019, frente à diminuição da presença mensal de novos participantes e de pessoas do interior do estado (que não contavam com auxílio financeiro para deslocamento), buscou-se novas estratégias para dar dinamidade às Rodas e atrair um público que ainda não conhecia a Redução de Danos. Passou-se então a desenvolver Rodas temáticas bimensais, com a presença de convidados para expor temas relacionados a políticas e práticas sobre drogas e seus desdobramentos. A 14ª Roda ocorreu na sede do MNPR, no formato de sarau, com o tema “Resistência”; a 15ª Roda de Conversa RD Cadê Você? debateu sobre “Os Desafios da Redução de Danos no Brasil”; a 16ª Roda, o tema “Guerra às Drogas e o Genocídio da Juventude Negra” e a 17ª o tema “30 Anos de Redução de Danos no Brasil”.

As Rodas Temáticas têm trazido novos simpatizantes, ampliando a discussão sobre as políticas de drogas e cuidados, bem como valorizando a produção de parceiros que têm se ocupado do tema da Redução de Danos, em diferentes perspectivas, e que muito tem colaborado com o avanço conceitual do tema e suas intervenções clínico-políticas.

Relato da experiência das Rodas de Conversa

Visando exemplificar a diversidade de temas trabalhados durante as já 17 rodas realizadas, a seguir serão apresentados acontecimentos significativos, registrados nas atas resultantes dos encontros. Busca-se dar ênfase tanto ao

que se repete e, portanto, coloca-se como base do trabalho em questão, como aos acontecimentos que produziam diferenciações, delimitando as discussões empreendidas e os rumos tomados pelo coletivo.

Como o espaço das rodas buscava priorizar os vínculos e a análise das conjunturas e contextos implicados nas práticas, muitas foram as questões que surgiam durante os encontros. Algumas se repetiam tais como: O que somos? Quais concepções de Redução de Danos compartilhamos? Que práticas desenvolvemos? Quais são nossas estratégias e compromissos? Nesse processo, cada participante teve espaço para expor sua trajetória, apontando para algo comum: a importância de apreender questões da macro e da micropolítica na análise das práticas e contextos; necessidade de dar visibilidade à Redução de Danos; o foco na pessoa e não na droga; o antiproibicionismo como princípio; o embasamento das experiências na ciência, na vida prática e na política; a busca de inserção em espaços de controle social, entre outras.

Nas Rodas foram analisadas: as Leis de drogas, a criminalização, o racismo e interseccionalidades, as políticas higienistas de internação compulsória, e a dificuldade de acesso à rede de saúde e de abrigagem. Constatou-se a dificuldade de sustentar, nas equipes de saúde e intersectoriais, a diretriz de trabalho da Redução de Danos devido aos preconceitos das equipes.

Conforme colocado anteriormente, a continuidade da realização das Rodas ensejou a retomada do FERD-RS como uma iniciativa permanente. Assim, seguiu-se com reuniões internas do núcleo organizador que planejou e desenvolveu ações durante 2018 e 2019, bem como a realização de quatro encontros regionais preparatórios para a coorganização da segunda edição do Encontro Estadual “Outras Palavras sobre

Álcool e Outras Drogas”, financiados pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP/RS). Em paralelo ao desenvolvimento de novas atividades, seguiu-se com a realização das Rodas em diferentes formatos e espaços. Essa abertura aproximou a equipe de duas demandas que geraram ações importantes.

A seguir são apresentadas as experiências de apoio e consultoria do FERD-RS ao MNPR, por meio de ações na Ocupação Zumbi dos Palmares e a assessoria à Escola Porto Alegre (EPA) de formação em Redução de Danos.

- ocupação liderada pela população de rua “Aldeia Zumbi dos Palmares”

Em março de 2018, integrantes do MNPR foram expulsos pela Guarda Municipal de Porto Alegre de uma praça pública e, como reação, ocuparam um terreno baldio do poder público municipal em frente à praça da qual foram despejados. Essa breve ocupação, que teve duração de cinco meses, foi a primeira totalmente formada por pessoas em situação de rua. Foi uma experiência potencializadora da autonomia dessas pessoas, caracterizada pelo viés comunitário e coletivo no trabalho para lidar com as dificuldades cotidianas de uma ocupação e da sobrevivência de seus integrantes, entre as quais se destacavam os usos de drogas por parte de alguns ocupantes e a necessidade de consensuar sobre estas práticas no espaço da ocupação, constantemente ameaçada de dissolução. O uso de drogas dentro da ocupação poderia atuar como um fator de desagregação e de visibilidade negativa, diminuindo as chances de seu sucesso. Frente a esse desafio, integrantes do MNPR que participavam das Rodas de Conversa RD Cadê Você? pediram auxílio ao FERD-RS para o desenvolvimento de uma intervenção da diretriz da Redução de Danos na luta por moradia.

Frente a esta demanda, o núcleo operativo do FERD-RS se organizou para estar semanalmente presente na ocupação. Lá, recebiam demandas para ações de Redução de Danos, assumindo um papel educativo, característico da ação do redutor de danos, que envolve um engajamento ativo na comunidade, buscando compreender a realidade das pessoas que usam drogas, a existência de práticas de uso danosas e das doenças infecciosas relacionadas, bem como mapear redes sociais e dificuldades comunitárias, desempenhando um papel de educador em saúde⁷. Alguns integrantes do núcleo operativo do FERD-RS participavam também das assembleias de organização do espaço e de planejamento da relação do coletivo com a cidade. Através da participação do MNPR nas Rodas, se conseguiu potencializar a dinâmica que os próprios integrantes da ocupação organizaram para lidar com seus usos de substâncias, sem prejudicar o espaço de luta. A Redução de Danos serviu como ferramenta para reduzir danos e riscos relacionados, inclusive, à criminalização do movimento social e de seus integrantes.

Segundo a fala de um dos integrantes da Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, durante uma Roda:

“A ocupação em si é redução de danos, porque a gente tem que se responsabilizar por várias frentes: o não uso de drogas, a solicitação de doações, a limpeza do terreno e a nossa própria higiene, o cuidado com as crianças, a preparação dos alimentos, cuidado com a segurança no portão, a organização de assembleias de atividades culturais e festivas e a conversa com parceiros e com a guarda municipal” (Relato informal de residente da ocupação).

Nesse processo de luta articulada,

aconteceram diversas atividades de visibilidade da ocupação, tais como: rodas de conversa de Redução de Danos; cinema ao ar livre; debates diversos; articulação com a UFRGS e serviços públicos; ações de geração de renda, entre outras. Observou-se que a diretriz da Redução de Danos foi estratégica na Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, e que se qualificou com a rede de apoio, acesso à educação, saúde, cultura e ampliou as formas de “ler o mundo”, como falou uma professora e apoiadora do MNPR. Pode-se afirmar que todas as atividades organizadas na ocupação e realizadas com apoio da rede de parceiros contribuíram para fortalecer a identidade dos coletivos, que hoje seguem articulados.

Após cinco meses foi decretada a desocupação do terreno e a “Aldeia Zumbi dos Palmares” acabou. Hoje, a maioria de seus integrantes não está mais em situação de rua, o que sinaliza que a luta pelos direitos sociais mobiliza recursos e potencializa os envolvidos. A maioria dos ocupantes seguem articulados ao MNPR e a iniciativas de geração de renda como o “Jornal Boca de Rua”, a iniciativa de produção e venda de pão artesanal “Amada Massa”, entre outras. O MNPR se mantém vinculado ao FERD-RS e esta participação tem colaborado para abertura de novas frentes para ações de Redução de Danos, vinculadas ao exercício pleno da cidadania. Esta experiência resultante de toda a organização social desenvolvida na ocupação está referendada por outras pesquisas realizadas com população em situação de rua¹⁷, que confirmam que a participação em movimentos sociais promove a inserção na vida política e social de forma a dar visibilidade às reivindicações dessa população¹⁸.

- assessoria à Escola Porto Alegre (EPA)

A Escola Porto Alegre (EPA) está vinculada à Secretaria Municipal de Educação do Município

de Porto Alegre, sendo a única entre as 99 escolas existentes a atender exclusivamente a população em situação de rua. Tem um histórico de lutas pela sua manutenção e uma direção e corpo docente que se identificam com o acesso à educação como direito fundamental, embora há anos sofra ameaças de ser fechada pelas sucessivas gestões municipais.

O pedido de assessoria se originou de uma demanda da diretora da EPA durante uma reunião do FERD-RS no início de 2019. Nesta, foi argumentado que no projeto político pedagógico da EPA constava a Redução de Danos como diretriz, mas que os professores não entendiam no que ela modificava a abordagem do tema com alunos, além de terem dificuldades em pensar a aprendizagem para pessoas usuárias de substâncias psicoativas. Segundo o relato, os professores precisavam de apoio para apreender uma outra lógica sobre os usos de substâncias psicoativas, do tratamento em liberdade e da construção de estratégias para a redução do uso para além do paradigma da abstinência, dado o público com o qual trabalhavam. Existiam também relatos de aumento das situações de violência envolvendo alunos e professores, o que trazia dificuldades adicionais ao grupo.

Após uma série de reuniões de planejamento foram organizadas seis oficinas de Redução de Danos voltadas a professores, residentes, alunos e direção escolar; além de um Sarau de integração. Durante as oficinas, surgiu uma demanda para a produção de ‘verbetes’ pelo grupo, os quais serviriam como dispositivo para dar visibilidade e fazer circular entre professores e alunos suas impressões e pensamentos, fortalecendo o grupo e oferecendo um produto que refletisse a experiência da EPA à comunidade. A partir do surgimento dessa ideia, os encontros posteriores visaram à produção desses verbetes

de forma coletiva, resultando em uma apresentação do resultado final do trabalho no sarau de final de ano realizado para encerrar o trabalho de assessoria do FERD-RS na EPA. Há a intenção de encaminhar esse material para publicação.

Compreende-se que utilizar a Redução de Danos como diretriz nessa assessoria permitiu exercitá-la de uma forma ampliada, aproximando-a de uma ética das relações. A partir desse exercício, os vínculos foram se dando de forma mais fluída por meio da livre expressão dos pontos de vista e da escuta pautada na ética do cuidado¹⁹, dado que seu emprego facilitou a relação entre a assessoria e os participantes, pois na medida em que os julgamentos morais eram suspensos, todos os segmentos se sentiam acolhidos e respeitados e a palavra circulou livremente. Ocorreu tanto a problematização do que era exposto, quanto o testemunho²⁰, ambas as posições implicadas com questões subjetivas, sociais e políticas presentes nas vivências compartilhadas. Com a problematização, buscou-se diferentes pontos de análise sobre fatos do cotidiano da vida escolar, pluralizando significados e ampliando a capacidade de análise, a administração de sentimentos e a criação de novas intervenções, inclusivas e resolutivas. Com os testemunhos, incrementou-se um modo de inclusão da experiência singular, transformando-a em uma representação compartilhada.

Na perspectiva social e clínica, conforme dizem Costa e Kehl²¹, o testemunho tem uma dimensão ética, na medida em que amplia o campo da produção simbólica de uma determinada sociedade, a fim de incluir nela, continuamente, o emergente, aquilo que até então era tido como irrepresentável. As autoras ainda referem que, quando fracassa a recuperação de uma experiência marginal, não é só o indivíduo que a viveu que fracassa, é o próprio laço social. Com

o testemunho, trata-se de construir uma resposta possível à crise da verdade que se instalou nas sociedades modernas, uma saída da posição passiva na qual o sujeito é colocado, no encontro com uma realidade que ele não dispõe de discurso para decifrar.

Nesta experiência o crescimento foi mútuo; pode-se considerar que a própria EPA e seus representantes engajaram-se numa busca que visa recuperar a experiência marginal no campo do ensino voltado a populações vulnerabilizadas. Além disso, a busca pela edição dos verbetes mostra o compromisso com a difusão cultural da Redução de Danos explicitando a função social e cidadã da educação.

Considerações finais

Nesse artigo, procuramos apresentar a trajetória da Redução de Danos no Rio Grande do Sul, através do relato de seus principais momentos históricos, constituídos por diferentes características epidemiológicas, sociais e políticas. Nessa relação, vale sublinhar, conforme apontado por Nery e Flash²², que o paradigma proibicionista gera um campo plural constituído por interesses econômicos e políticos e, nessa esteira, faz com que cada sociedade enquadre de diferentes formas os usuários de drogas e proponha determinadas terapêuticas como dominantes.

A Redução de Danos surgiu como uma ruptura com o paradigma da abstinência que, até então, era uníssono no campo de opções terapêuticas e preventivas no RS. Dada a urgência de lidar com a disseminação do HIV e a pragmatidade das respostas orientadas por essa perspectiva junto aos UDIs, ela cresce e se expande, embora marcada por rupturas e descontinuidades. Essas dificuldades, no entanto, não conseguiram minimizar as inovações, pautadas pelas inventividades que surgiam do encontro singular

de redutores de danos com pessoas e as cenas de uso de substâncias psicoativas, testemunhadas pelos movimentos sociais que sustentam a Redução de Danos.

Com a mudança para o século XXI, vieram também câmbios nas práticas de uso e nas substâncias utilizadas, o que convocou a Redução de Danos a se reinventar, dadas as mudanças de contexto político e de alocação de recursos. Nesse contexto, as frentes de luta se recompuseram, e as disputas no campo sempre tenso das políticas sobre drogas se acirraram. Esse cenário reforçou a urgência da recomposição de espaços de luta coletiva, como o FERD-RS, que ressurgiu em 2018 para reativar as redes de usuários, de profissionais e ativistas de segmentos antimaniacômicos, antiproibicionistas e progressistas.

Nesse caminho, um desafio ainda presente é a necessidade de estabelecer contatos mais próximos e intercâmbios entre as regiões do estado, em busca de estrutura e sustentabilidade econômica para a organização do coletivo e da logística para que as Rodas de Conversa RD Cadê Você? continuem sendo realizadas, bem como as atividades que se desdobram destas. Busca-se ampliar a participação de organizações de usuários de drogas e da rede de Saúde Mental em geral junto ao FERD-RS, devido à compreensão de que a Redução de Danos se faz na prática e com as pessoas afetadas pelas políticas públicas conservadoras e de guerra às drogas, tal como foi possível de realizar na “Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares” e na assessoria à Escola Porto Alegre.

O envolvimento de pessoas que usam drogas em processos de discussão, em programas comunitários e em instâncias de controle social, pensando, criando e produzindo intervenções para suas questões, também precisa ser incrementado e tem se mostrado fundamental para a

produção de pesquisas e intervenções que não falem sobre as pessoas sem a sua participação²³. Neste sentido, as Rodas de Conversa “RD Cadê Você?” têm atuado como um dispositivo potente para o estabelecimento dessas pontes.

A partir do Método da Roda e das intervenções relatadas, pôde-se evidenciar que a retomada do FERD-RS caracterizou-se pela formação de uma força política que viabilizou o exercício da democracia, mesmo que reconhecendo seus limites. A importância deste movimento social é a de ter se constituído como um lugar, sem endereço e sem CNPJ, que empoderou os sujeitos e constituiu coletivos que passaram a ter pautas de luta em comum. Ancorado em parcerias e ativistas, revigorou e abriu novos espaços à Redução de Danos no estado do Rio Grande do Sul, funcionando como “trincheira” para os que acreditam nesta abordagem como uma força de resistência e de cuidado.

Referências

1. Campos GWS. Um método para análise e co-gestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda. São Paulo: Hucitec; 2005.
2. Passos EH, Souza TP. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicol Soc.* 2011; 23(1):154–62.
3. Petuco DRS. O pomo da discórdia? drogas, saúde, poder. 1a ed. Curitiba: Editora CRV; 2019. (on line). [acesso em: 29 de março 2020]. Disponível em: <https://editora-crv.com.br/produtos/detalhes/33946-crv>.
4. Brasil. Ministério da Saúde. A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília; 2003.
5. Adamy PE, Silva RN. Redução de Danos e linha de cuidado: ferramentas possíveis para o cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas. Adamy PE, Silva RN.

- In: Torossian S, Torres S, Kevler DB. (orgs). *Descriminalização do cuidado: políticas e Cenários e Experiências em Redução de Danos*. Porto Alegre: EDUFRGS; 2017. pp.145-158.
6. Simoni ACR, Siqueira E, Soares J, Cabral KV, Adamy PE & cols. Percursos da redução de danos no Rio Grande do Sul. *Saúde em Redes*. 2015; 1(1):57-65.
7. Nardi HC, Rigoni RQ. Marginalidade ou cidadania? a rede discursiva que configura o trabalho dos redutores de danos. *Psicol. em Est.* 2005; 10(2):273-82.
8. Nardi HC, Rigoni RQ. Mapeando programas de redução de danos da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúd. Públ.* 2009; 25(2):382-92.
9. Cabral K, Simoni ACR, Fagundes SM, Adamy PE. Linha de cuidado em Saúde Mental, álcool e outras drogas: “o cuidado que eu preciso”. In: Torossian S, Torres S, Kevler DB. (orgs). *Descriminalização do cuidado: políticas, cenários e experiências em Redução de Danos*. Porto Alegre: EDUFRGS; 2017. p.159-179.
10. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos. *Política de Drogas – encaminhamentos*. RS Sem Drogas. Porto Alegre: Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (DEPPAD); 2019.
11. Amaral, Belchior. Relato sobre o histórico do FERD/RS durante uma Roda de Conversa “RD Cadê Você?”, ocorrida no CRP/RS, em 2018.
12. Lebrun P. *A clínica da instituição*. Porto Alegre: CMC; 2009.
13. Brasil. Ministério da Saúde. Nota técnica da Política Nacional de Humanização. clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. Brasília; 2007.
14. Torossian SD, Torres S, Kevler DB. (orgs.). *Descriminalização do cuidado: políticas, cenários e experiências em Redução de Danos*. Porto Alegre: EDUFRGS; 2017. 380p.
15. Conte M. *Psicanálise e Redução de Danos: articulações possíveis*. *Rev Assoc Psicanalítica*. 2004; 25:23–33.
16. Ribeiro. *A Psicanálise nas instituições clínica e política*. *Jorn Inst APPOA*. 2009; 23(12):15-21.(on line). acesso em: 3 abr 2020. Disponível em: http://www.boletimda-saude.rs.gov.br/download/201711241730274___saude_mental_parte_001_17_23.pdf.
17. Broide EE, Broide J. *População de rua: pesquisa social participativa - censo, perfil demográfico e condições de vida na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Juruá; 2017.
18. Boulos GC. *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*. [Dissertação]. Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo; 2017. (on line). [acesso em: 3 abr 2020]. Disponível em: https://teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&id=97A3CE778809&lang=pt-br.
19. Conte M. (org). *Caiu na rede, mas não é peixe: vulnerabilidades sociais e desafios para a integralidade*. Porto Alegre: Pacartes; 2015.
20. Gagnebin JM. *Memória, história, testemunho*. *Comciência.br*; 2001. (on line). [acesso em: 3 abr 2020]. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/memoria/09.shtml>.
21. Costa AMM, Kehl MR. *Corpo e escrita: relações entre momento transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2001. 168p.
22. Nery Filho A, Flasch PV. *Os sujeitos e suas exclusões: os movimentos de resistência e os riscos de iatrogenia*. In: Dalla Vecchia M, Ronzani TM, Paiva FS, Batista CB, Costa PHA. (orgs.) *Drogas e Direitos Humanos: reflexões em tempos de guerra às drogas*. Salvador: Editora Rede Unida; 2017.
23. Canadian HIV/AIDS Legal Network, *Nothing about us without US. Greater, meaningful involvement of people who use illegal drugs: a public health, ethical, and human rights imperative*. Toronto; 2006.